



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**  
**RECORTE DE JORNAIS**

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B4  
Data: 07/11/2012



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

# Inspeção comprova falta de condições de maternidade

## Fiscalização do MP na Lourdinha apontou falta de insumos e material

Wilson Melo  
DA EQUIPE JC

Portal Infonet

“Falta de insumos e de materiais básicos para dar assistência à população”. Essa foi a constatação da promotora dos Direitos da Saúde do Ministério Público Estadual (MPE), EuzaMissano, em uma inspeção à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes realizada na noite da última segunda-feira, 5. O objetivo da visita foi observar se a maternidade estava cumprindo a liminar da Ação Civil Pública movida pelo MPE desde o início de 2012 contra o Estado e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), para a manutenção do abastecimento de insumos, materiais básicos e medicamentos dos hospitais da rede pública de Aracaju.

“O que nós fizemos foi o processo de fiscalização, com o apoio do Conselho Regional de Medicina e de representantes da Comissão de Saúde da OAB. Na visita encontramos, por exemplo, somente a existência de luva tamanho sete no centro cirúrgico e na farmácia da maternidade. Isso causa alguns problemas para o médico cirurgião, pois se ele tem uma mão um pouco maior ou um pouco menor, essa luva pode causar dificuldades no tato durante a realização do procedimento cirúrgico. Também faltam alguns antibióticos, além de materiais que são importantes para a realização de alguns procedimentos como a sonda de aspiração”, afirmou a promotora.

Segundo EuzaMissano, a lotação da Unidade de Tratamento Intensiva Neonatal (UTIn) também foi vistoriada,



VISTORIA surpresa da promotora Euza Missano à MNSL foi realizada na noite da última segunda-feira

pois esta é objeto de uma outra ação movida pelo Ministério Público. “Podemos constatar que não havia superlotação na UTIn. Ela estava funcionando com a sua capacidade perfeitamente controlada. Isso porque os pacientes que vêm do interior estão sendo absorvidos pela Maternidade Santa Isabel, dando um controle maior na assistência de neonatos na Nossa Senhora de Lourdes”, disse.

A representante do MP ressaltou que as medidas jurídicas serão tomadas para a normalização da situação. “Com essa visita foi feito um relatório, e a partir dele vamos comunicar ao juiz que houve o descumprimento da determinação judicial liminar para que sejam tomadas todas

as providências. O Estado e a FHS serão intimados para que em 72h possam se pronunciar e cumprir efetivamente a liminar, ou justificar o não seu cumprimento”, assegurou EuzaMissano.

O diretor administrativo e financeiro da Fundação Hospitalar de Saúde, Mário Ferreira, esclareceu que a instituição não está de braços cruzados. “Encontramos uma dívida grande com fornecedores e alguns setores que beiravam o desabastecimento. Chamamos esses fornecedores, renegociamos a dívida e hoje trabalhamos com um percentual bem maior de cobertura, tanto do material médico-hospitalar, quanto nos medicamentos para garantir a oferta dos itens. A renegociação demanda tempo para fornecedores, distribuidores

e laboratórios regularizarem o atendimento”, esclareceu Mário Ferreira.

Em nota, a Assessoria de Comunicação da Secretaria Estadual de Saúde informou que a situação da Maternidade mudou, e “para melhor”. Em junho, quando a gestão assumiu, encontrou uma situação dramática de superlotação na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Um cenário caótico denunciado pela imprensa e pelo Ministério Público. O problema foi superado com a contratação de novos leitos neonatais e, de lá pra cá, a situação é bem mais tranquila. O censo diário na maternidade tem registrado vagas nessa unidade, um cenário que não se via há pelo menos um ano, garantiu.